

ÉTICA DE IMMANUEL KANT: UMA ÉTICA DO DEVER

Kant acreditava que a razão humana pode chegar a uma resposta racional sobre o que é certo ou errado. Por isso defende a existência de uma ética universal. Aqui uma comparação com a física também é pertinente. Essa disciplina é capaz de encontrar leis universais da natureza. Tais leis são válidas em qualquer lugar e tempo. Kant acreditava que o mesmo seria possível com a ética. A razão pode estabelecer leis morais universais.

Essa é uma ideia bastante polêmica, pois muitos filósofos negam que a razão possa dizer como devemos agir. Eles afirmam que a razão tem um papel apenas instrumental na ação humana. Hume, por exemplo, afirmou que “a razão é e deve ser a escrava das paixões”.

Como a razão comanda as ações para Kant: imperativo categórico e hipotético.

Kant discorda da compreensão de Hume sobre a razão humana. Ele afirma que podemos agir de duas formas: nos orientando por imperativos hipotéticos ou imperativos categóricos. Os conceitos parecem assustadores mas também são simples de entender. Imperativo é uma ordem. Então, para Kant, a razão nos dá ordens para agir de uma maneira ou outra. Essas ordens são de dois tipos: hipotéticas ou categóricas.

Ordens hipotéticas ocorrem quando a razão está a serviço de interesses ou desejos. Suponha que você queira chegar na escola no horário, então a razão te dirá para acordar cedo e pegar o ônibus, não ir caminhando. Imperativos hipotéticos tem a seguinte estrutura: se quer A, então faça B. Você não precisa necessariamente fazer B. Deve fazer isso apenas na hipótese de querer A. Como deve ter notado, ao seguirmos ordens hipotéticas, estamos usando a razão instrumental.

Ordens categóricas, por outro lado, ocorrem quando a razão determina como devemos agir sem referência a interesses e desejos. Se ajo com base na regra “ajude uma pessoa que precisa”, por exemplo, estou fazendo essa ação não porque é meu desejo. Faço isso porque é a coisa mais certa a fazer. Essa é uma ordem categórica porque não impõe condições. Ela deve ser feita e ponto. Então, para Kant a razão pode determinar como devemos agir sem referência a desejos. Como você já deve ter concluído, agimos com base na razão quando seguimos regras morais, como “ajude as pessoas” ou “não minta”.

Dever e inclinação

Até então temos o seguinte quadro da ética de Kant. Podemos agir com base em nossos desejos (ele chama isso de inclinações) ou com base na razão. O primeiro caso ocorre quando fazemos algo porque desejamos; o segundo, quando é nosso dever moral fazer. Em suma, podemos agir com base no dever ou com base na inclinação.

Essa teoria de Kant leva a algumas consequências contraintuitivas. Imagine que encontra uma pessoa na calçada tendo um ataque cardíaco. Você sente compaixão pela pessoa e num instante liga para um serviço de emergência médica. Nesse caso, você agiu com base numa inclinação. Agora imagine um exemplo um pouco diferente. Suponha que você é uma pessoa fria, que não sente compaixão nesse tipo de situação. Porém, decide ligar da mesma forma para o serviço de emergência porque é nosso dever ajudar pessoas necessitadas. Nesse último caso, então, o motivo da sua ação foi o dever moral.

Naturalmente diríamos que as duas pessoas agiram corretamente. No entanto, Kant faz uma distinção nesse caso. Ele não afirma que é errado agir com base na inclinação. Fazemos isso o tempo todo. Porém, pensa que não devemos receber mérito por isso. Diz que uma ação motivada por inclinação não tem valor moral. Até animais ajudam outros animais ou pessoas por inclinação.

Você já deve ter visto histórias de cachorros que adotam um gatinho recém-nascido sem mãe ou que protege com a vida seu dono. Embora bonitas e curiosas, tais ações são motivadas por inclinação e não tem valor moral. Portanto, para Kant só tem valor moral aquelas ações que são praticadas porque isso é nosso dever, por respeito à lei moral. Cabe agora entender como ele determina o que é nosso dever fazer ou não.

E essa é a razão por que a ética de Kant é chamada de ética do dever. Fazer a coisa certa é agir com base em regras morais (imperativos categóricos) porque isso é o certo a fazer. Quando ajudo uma pessoa necessitada porque esse é meu dever, então minha ação tem valor moral para Kant.

O que é uma ação correta

É importante entender como Kant explica que a razão define qual é nosso dever. Kant apresenta uma série de fórmulas do imperativo categórico para definir se uma ação é correta ou não.

Uma ação correta pode ser universalizada

Uma dessas fórmulas é chamada por ele de fórmula da lei universal. A expressão parece complicada mas, a ideia por trás é bastante simples. Kant está afirmando que uma ação é correta quando é possível querer que ela seja universalizada. Universalizar aqui significa ser praticada por toda e qualquer pessoa, em qualquer tempo ou lugar. Assim, se uma ação pode ser universalizada, pode ser considerada correta. Por outro lado, se essa ação não pode ser universalizada, então ela deve ser considerada incorreta.

Imagine novamente que está diante de uma pessoa agonizando na rua e agora você não presta socorro. Você pode querer que essa ação seja universalizada? Kant diria que não, pois eventualmente precisamos de ajuda e não iremos querer que as pessoas não ofereçam auxílio. Portanto, no fundo, não queremos tornar a prática de não ajudar pessoas em necessidade uma lei universal.

Imagine ainda outro caso. Suponha que você está sem dinheiro e, para receber um empréstimo de seu amigo, promete devolver o valor depois de dois meses. Na verdade, essa promessa é falsa, você sabe que não terá dinheiro até lá, mas ainda assim faz. Caso contrário, seu amigo não emprestaria. É possível uma falsa promessa se tornar uma lei universal? É fácil perceber que não. Afinal, se isso se tornasse uma regra geral, ninguém confiaria mais em promessas e essa prática deixaria de existir.

Kant pensava que todo ser racional deveria aceitar a ideia de que uma ação só é correta quando pode ser universalizada. Reconhecer que uma ação como a falsa promessa não pode ser universalizada e afirmar que ela ainda assim é correta seria contraditório. Uma pessoa que pensasse assim não apenas estaria sendo imoral. Se trata de alguém irracional.

Uma ação correta não trata seres humanos como coisas

Na ética de Kant, seres humanos são únicos, pois são racionais e, por isso, podem ser autônomos. Ser autônomo, para Kant, significa ser capaz de agir de acordo com normas morais, agir por dever. Isso nos diferencia de outros animais e simples objetos, como caixas ou tesouras. Para agirmos corretamente, então, temos que respeitar essa qualidade humana.

Kant expressa isso dizendo que devemos tratar as pessoas sempre como um fim em si mesmas e não apenas como um meio. Tratar pessoas como um meio significa usá-las ou manipulá-las como fazemos com coisas. Suponha que você é candidato a prefeito e mente para ganhar a eleição. Ao fazer isso, está manipulando as pessoas e impedindo que tomem suas decisões por

conta própria. Na linguagem de Kant, está tratando as pessoas como meios para atingir seus objetivos.

Com isso Kant não quer dizer que nunca devemos tratar as pessoas como meio. Afinal, a todo instante estamos usando as pessoas para satisfazermos nossos desejos. Quando almoçamos, por exemplo, estamos usando o trabalho do garçom, do cozinheiro e outras pessoas. Não há nada de errado aqui, desde que a autonomia dessas pessoas seja respeitada. Se pago pelos serviços e essas pessoas aceitam a troca, então estou tratando-as não apenas como um meio, mas como um fim também. O mesmo não pode ser dito de um trabalho escravo, por exemplo. Nesse caso, as pessoas são reduzidas a coisas e sua autonomia é claramente desrespeitada.

Críticas à ética de Kant:

Deveres morais são inflexíveis e conflitam entre si

De acordo com a ética kantiana, nossos deveres são leis morais que devem ser aplicadas independente das circunstâncias. Se é errado mentir, é errado sempre, não importa as consequências. Os deveres morais, para Kant, são absolutos.

No entanto, essa inflexibilidade pode ser problemática em algumas situações. Por exemplo, imagine que você esteja abrigando uma pessoa em sua casa durante uma guerra. Um soldado inimigo bate à sua porta e pergunta se você está abrigando alguém. Se você disser a verdade, a vida da pessoa estará em perigo. Neste caso, a ética kantiana exigiria que você dissesse a verdade, mesmo que isso pudesse levar à morte da pessoa que está se escondendo em sua casa.

Embora consideremos a mentira imoral de modo geral, fazemos distinção entre uma mentira que gera consequências positivas, como salvar a vida de alguém, e negativas, como roubar dinheiro público. A ética Kantiana, por não ser consequencialista, não tem base para fazer esse tipo de distinção.

Através do exemplo acima é possível identificar ainda um segundo problema para a teoria Kantiana: o conflito de deveres. Se temos o dever de não mentir, também temos o dever de salvar a vida das pessoas quando isso não coloca em risco nossa própria vida. Quando o soldado inimigo bate na sua casa, você tem, portanto, duas obrigações: salvar a vida de uma pessoa e não mentir. Mas esses são deveres conflitantes, se atender a um, não terá como atender ao outro.

A ética de Kant, dizem os críticos, não é capaz de orientar qual a melhor em ação em casos como esse. E como o objetivo de uma teoria moral é oferecer orientação prática, esse é um problema grave para as ideias de Kant.

REFERÊNCIAS:

SANDEL, Michael. *Justiça: O que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RACHEL, James. *Elementos de filosofia moral*. AMGH: Porto Alegre, 2013.